



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA À DISTÂNCIA

JOELITON FERREIRA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES E
AUTÔNOMOS**

JOÃO PESSOA

06/2025

JOELITON FERREIRA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES E
AUTÔNOMOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal da Paraíba como
Requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Marinho Pellegrino

JOÃO PESSOA

06/2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633i Gomes, Joeliton Ferreira.

A importância da educação financeira na educação básica : contribuições para a formação de cidadãos conscientes e autônomos / Joeliton Ferreira Gomes. - João Pessoa, 2025.

32 p. : il.

Orientação: Daniel Marinho Pellegrino.

TCC (Curso de Licenciatura em Matemática - EaD) - UFPB/CCEN.

1. Educação Financeira. 2. Educação Básica. 3. Cidadania. 4. Consumo. 5. Planejamento. I. Pellegrino, Daniel Marinho. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 51(043.2)

JOELITON FERREIRA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES E
AUTÔNOMOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Matemática.

Orientador: Prof^o. Dr. Daniel Marinho Pellegrino

Aprovado em: 01/07/2025

Prof^o. Dr. Daniel Marinho Pellegrino – Orientador – DM/CCEN/UFPB

Prof^a. Dr. Adriano Alves de Medeiros – Membro – DM/CCEN/UFPB

Prof^o. Dr. Márcio Silva Santos – Membro – DM/CCEN/UFPB

João Pessoa (PB)

06/2025

Dedicatória

Dedico primeiramente a Deus, por me guiar no caminho que eu precisava trilhar. Agradeço ao minha família, que foram minha motivação e apoio nesta jornada; sem eles, nada disso teria sido alcançado. E agradeço, principalmente, a minha mãe por sempre estar ao meu lado em todas as situações e ser meu abrigo segur.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido saúde, força e sabedoria ao longo desta caminhada acadêmica.

À minha família, pelo amor incondicional, paciência e incentivo constantes, mesmo nos momentos mais difíceis. Em especial, a minha mãe, que sempre acreditaram na minha capacidade e me ensinaram o valor da educação.

Aos professores e orientadores, que com dedicação e compromisso compartilharam seus conhecimentos e contribuíram significativamente para a minha formação.

Aos colegas e amigos que fizeram parte dessa jornada, pelos momentos de apoio, troca de ideias e incentivo mútuo.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho, o meu sincero muito obrigado.

"Não é o dinheiro que faz a riqueza do homem, mas a sua capacidade de administrá-lo."

— Henry Ford

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da inserção da educação financeira na educação básica, destacando sua contribuição para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e responsáveis. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, observou-se que a educação financeira, quando abordada de forma interdisciplinar e contextualizada, contribui para a construção de hábitos financeiros saudáveis, planejamento pessoal e consumo consciente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece essa necessidade, apontando caminhos para sua inserção no currículo. Conclui-se que a educação financeira é essencial para a formação cidadã e deve ser estimulada desde os anos iniciais da escolarização.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Básica. Cidadania. Consumo. Planejamento.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the importance of including financial education in basic education, highlighting its contribution to the formation of conscious, autonomous and responsible citizens. Through bibliographic and documentary research, it was observed that financial education, when approached in an interdisciplinary and contextualized way, contributes to the construction of healthy financial habits, personal planning and conscious consumption. The National Common Curricular Base (BNCC) recognizes this need, pointing out ways for its inclusion in the curriculum. It is concluded that financial education is essential for the formation of citizenship and should be encouraged from the early years of schooling.

Keywords: Financial Education. Basic Education. Citizenship. Consumption. Planning.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Metodologia	12
3. Fundamentação Teórica	12
3.1. Educação Financeira: Conceitos.....	12
3.2. Conceitos Fundamentais da Matemática Financeira	13
3.3. A Matemática Financeira na Vida dos Estudantes	17
3.4. A Educação Financeira em Relação à Matemática	17
3.5. Educação Financeira e suas Finalidades	19
3.6. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Financeira	20
3.7. Educação Financeira e Formação Cidadã	22
4. Resultados e Discussão	24
5. Considerações Finais	28
6. Referências	29

INTRODUÇÃO

Apresenta-se a necessidade de preparar os alunos da educação básica para lidar com situações do cotidiano relacionadas ao uso do dinheiro, crédito, consumo e planejamento. Diante da realidade socioeconômica do país, discutir educação financeira nas escolas torna-se urgente para que os alunos adquiram competências para o uso consciente dos recursos.

Vivemos em uma sociedade cada vez mais marcada pelo consumo, pela facilidade de acesso ao crédito e pelas constantes transformações nas formas de lidar com o dinheiro. Nesse contexto, a educação financeira surge como um campo fundamental para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e da consciência crítica dos indivíduos. Mais do que ensinar técnicas de controle de gastos ou cálculo de juros, trata-se de uma prática educativa que deve possibilitar a compreensão das relações econômicas que permeiam o cotidiano, promovendo uma formação cidadã efetiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da educação financeira ao incluí-la como tema transversal nas etapas da Educação Básica, especialmente nos componentes de Matemática e Ciências Humanas. Essa inclusão representa um avanço, mas também impõe desafios: como abordar a educação financeira de forma crítica e contextualizada? Como torná-la significativa para os estudantes, indo além dos conteúdos operacionais?

Este trabalho parte da compreensão de que a educação financeira pode — e deve — contribuir para a formação de sujeitos capazes de tomar decisões conscientes sobre seu consumo, sua renda e suas escolhas financeiras. Para tanto, é necessário integrá-la a uma proposta pedagógica que dialogue com as realidades dos estudantes, suas famílias e comunidades, e que considere a educação como um instrumento de transformação social, como defendem Freire (2016), Santos (2020) e outros autores contemporâneos.

Com base nesse cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar a importância da educação financeira no processo de formação cidadã, identificando suas contribuições, limitações e possibilidades dentro do ambiente escolar. A investigação busca contribuir para o fortalecimento de práticas educativas que promovam a

emancipação dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa e economicamente consciente.

Justificativa

Em um cenário marcado por crescentes desigualdades econômicas, consumo exacerbado e crescente acesso ao crédito, a educação financeira emerge como uma ferramenta essencial para a formação de sujeitos conscientes, críticos e autônomos. No entanto, sua abordagem nas escolas ainda é, em muitos casos, limitada a aspectos técnicos e matemáticos, desconsiderando as dimensões sociais, éticas e políticas que envolvem o uso e a gestão do dinheiro.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da educação financeira ao integrá-la de forma transversal, sobretudo nas áreas de Matemática e Ciências Humanas. Tal reconhecimento amplia as possibilidades de discussão sobre cidadania, consumo consciente, planejamento e justiça social. Assim, é fundamental refletir sobre como a educação financeira pode ir além dos conteúdos operacionais e contribuir para a formação cidadã dos estudantes, preparando-os para compreender e intervir criticamente nas realidades econômicas em que estão inseridos.

Este trabalho justifica-se, portanto, pela necessidade de investigar os caminhos possíveis para uma educação financeira crítica, contextualizada e emancipadora, que dialogue com as vivências dos alunos e com os desafios da sociedade contemporânea.

Problemática

Diante da inclusão da educação financeira nos currículos escolares por meio da BNCC, surgem questões fundamentais:

De que forma a educação financeira pode contribuir efetivamente para a formação cidadã dos estudantes? Como integrá-la ao processo pedagógico de maneira crítica, contextualizada e significativa, sem reduzir seu ensino a conteúdos técnicos e descolados da realidade social?

METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico, com base em livros, artigos científicos, legislações educacionais e documentos oficiais como a BNCC e o Plano Nacional de Educação (PNE). Também foram analisadas práticas pedagógicas de escolas que já implementam atividades de educação financeira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceitos da Educação Financeira

A educação financeira é uma área do conhecimento que visa capacitar os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre o uso de recursos financeiros ao longo da vida. Muito mais do que ensinar a lidar com números, ela visa promover uma compreensão crítica das relações econômicas cotidianas, com o objetivo de construir uma vida financeira equilibrada, autônoma e sustentável.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira é “o processo pelo qual consumidores e investidores financeiros aprimoram sua compreensão de produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões informadas, saberem onde buscar ajuda e adotarem outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro” (OCDE, 2005).

Nesse sentido, está diretamente relacionada à educação para a cidadania, pois, em uma sociedade altamente comercializada e voltada para o consumo, compreender como funcionam os sistemas financeiros, os instrumentos de crédito, as taxas de juros, as dívidas e o planejamento pessoal torna-se a base para uma cidadania plena.

Dentre os principais conceitos da educação financeira, destacam-se:

1. Orçamento pessoal e familiar

Refere-se à organização de receitas e despesas com o objetivo de equilibrar os gastos e evitar dívidas. Envolve planejamento, registro e análise contínua do fluxo

financeiro. A elaboração de um orçamento auxilia na tomada de decisões conscientes, como poupar, gastar ou investir.

2. Consumo consciente

Envolve a reflexão sobre as escolhas de consumo baseadas não apenas nas necessidades reais, mas também nas consequências sociais, ambientais e econômicas dessas escolhas. Segundo Severino (2007), o consumo consciente está associado à ética do consumo e à capacidade de resistir à pressão da publicidade e do imediatismo.

3. Poupança e reservas de emergência

A prática de reservar parte da renda para fins futuros ou imprevistos é um dos pilares da educação financeira. A poupança proporciona segurança e estabilidade e contribui para a autonomia em tempos de crise.

4. Dívida e Crédito

Embora o crédito seja uma ferramenta útil quando usado em conjunto com o planejamento, a falta de conhecimento sobre seu funcionamento — como taxas de juros, condições de pagamento e implicações orçamentárias — pode levar ao endividamento excessivo. A educação financeira fornece ferramentas para avaliar riscos e evitar decisões impulsivas.

5. Investimentos

Envolve aprender a investir dinheiro com segurança e eficácia, levando em consideração o perfil de risco, a rentabilidade e a liquidez. Embora mais avançado, este tópico pode ser introduzido desde o ensino básico de forma divertida e contextual.

6. Planejamento Financeiro de Longo Prazo

Envolve o desenvolvimento de metas e estratégias para atingir objetivos financeiros futuros, como aquisição de ativos, capacitação profissional ou aposentadoria. O planejamento de longo prazo envolve disciplina, persistência e um olhar crítico para o futuro.

Conceitos Fundamentais da Matemática Financeira

Em geral, os principais conceitos da matemática financeira são estruturados em torno da relação entre o tempo e o valor do dinheiro. Capital (C) é o valor inicial investido ou emprestado. Juros (J) são o valor agregado a esse capital como compensação pelo tempo de uso. A taxa de juros (i) define esse valor proporcionalmente e geralmente é expressa em porcentagem mensal ou anual. O tempo (t) é o número de períodos em que a operação ocorre. Em última análise, o valor (M) é o resultado final da operação: $M = C + J$.

Falar de matemática financeira não é falar apenas de números. É sobre a vida, sonhos, escolhas e, muitas vezes, dificuldades. Afinal, quem nunca precisou calcular se conseguirá pagar todas as contas de um determinado mês? Quem nunca teve que decidir entre comprar algo agora ou esperar um pouco mais para evitar dívidas? É aí que entra a matemática financeira: como aliada da consciência e da liberdade.

Tudo começa com o capital, aquele valor inicial que temos em mãos. Pode ser um salário, uma poupança ou até mesmo um empréstimo. O que fazemos com ele pode mudar muita coisa. Quando investimos ou tomamos emprestado esse valor, os juros entram em jogo — aquele custo extra que pode ser nosso amigo ou inimigo, dependendo de qual lado estamos.

Outro conceito importante é o montante, que representa o total acumulado após um tempo: aquilo que teremos ou deveremos ao final de um prazo. Isso nos ensina sobre planejamento — entender que cada escolha tem um impacto, e que o tempo transforma pequenas ações em grandes resultados.

Se estamos investindo, os juros são bem-vindos: significam que nosso dinheiro está trabalhando para nós. Mas, se estivermos endividados, eles podem se acumular. É por isso que entender como funcionam os juros — simples ou compostos — é essencial para tomar melhores decisões. Trata-se de aprender como o tempo trabalha a nosso favor.

Nos juros simples, os juros são calculados apenas sobre o capital inicial.

Fórmula:

$$J = C \times i \times t$$

Onde:

C = Capital

i = Taxa de juros

t = Tempo

Exemplo: Se você tomar emprestado R\$ 1.000 com uma taxa de juros simples de 3% ao mês durante 5 meses, o cálculo seria:

$$J = 1000 \times 0,03 \times 5 = 150$$

Nos juros compostos, os juros são calculados sobre o capital e também sobre os juros acumulados em cada período. É o chamado "juros sobre juros".

Fórmula:

$$M = C \times (1 + i)^t \text{ e } J = M - C$$

Onde:

M = Montante

C = Capital

i = Taxa de juros

t = Tempo

Exemplo; Ao aplicar R\$ 1.000,00 a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, qual será o juros após 3 anos?

$$M = 1000 \times (1 + 0,10)^3$$

$$M = 1000 \times (1,10)^3$$

$$M = 1000 \times 1,33$$

$$M = 1330$$

Agora que já temos o montante, podemos fazer o cálculo do juros;

$$J = M - C$$

$$J = 1330 - 1000$$

$$J = 330$$

A inflação, por exemplo, parece um termo distante, técnico, mas ela está ali todos os dias: quando o preço do pão aumenta, quando o gás está mais caro, quando o salário parece não render mais como antes. Compreender a inflação é entender o valor real do nosso dinheiro. É perceber que guardar dinheiro sem um bom planejamento pode significar perder poder de compra no futuro.

Descontos e porcentagens são ferramentas cotidianas: aparecem nas liquidações, nas promoções e até no supermercado. Saber calcular corretamente um desconto nos dá autonomia. Quantas vezes as pessoas compram algo achando que estão economizando, quando na verdade estão sendo levadas por estratégias de marketing?

Esses princípios vão além dos assuntos abordados nas escolas. Eles estão integrados na realidade das famílias, nas comunidades e nas aspirações das pessoas. São competências que nos auxiliam a evitar dívidas, a formar uma poupança, a discernir o que realmente precisamos comprar, e inclusive a educar nossas crianças e estudantes a manejarem o dinheiro de maneira responsável. Assim, a Matemática Financeira representa mais do que uma matéria escolar: é uma ferramenta de cidadania. Ela nos ajuda a fazer escolhas mais justas, equilibradas e seguras. Quando ensinada de forma contextualizada, próxima da realidade do aluno, com respeito ao seu ritmo e suas experiências, ela se torna poderosa. Não é sobre decorar fórmulas, é sobre **compreender o mundo que nos cerca** e ter mais autonomia para viver melhor.

Num país onde muitas famílias vivem no limite do orçamento, onde o crédito fácil esconde armadilhas e onde o consumo é estimulado constantemente, ensinar e aprender Matemática Financeira é um ato de cuidado, de resistência e de liberdade.

A Matemática Financeira na vida dos estudantes

Na educação básica, o ensino da matemática financeira deve ultrapassar o plano teórico e se conectar com o cotidiano dos alunos. Em vez de fórmulas isoladas, o professor pode propor situações reais: comparar opções de parcelamento de um celular, calcular o impacto da inflação sobre o preço de um produto, ou simular um orçamento familiar com base em diferentes faixas salariais.

Essas experiências despertam no aluno não apenas o raciocínio lógico, mas também o senso crítico. Ele aprende a refletir sobre o consumo, o endividamento e as consequências das suas decisões. Segundo Paulo Freire (2021), a educação deve ser um ato político, e não neutro. Assim, a matemática financeira deve ser ensinada como prática social, que dialoga com a realidade do educando e o prepara para agir de forma consciente no mundo.

Segundo Silva e Mazzilli (2018), a educação financeira deve ser compreendida como uma prática educativa transformadora, pois permite ao cidadão compreender sua realidade e agir sobre ela, rompendo com padrões de exclusão econômica. Assim, ela **não deve ser restrita a fórmulas matemáticas ou instruções técnicas**, mas sim vinculada a um projeto educativo que desenvolva competências sociais e econômicas.

Ao incorporar esses conceitos ao cotidiano escolar, especialmente desde a educação básica, promove-se não apenas a **alfabetização financeira**, mas também a construção de uma cultura de responsabilidade e equilíbrio financeiro. Como destacam Morin (2000) e Freire (1996), o saber escolar deve ser relevante para a vida, contribuindo para a formação integral e emancipada do sujeito.

A Educação Financeira em Relação à Matemática

A educação financeira, quando compreendida em sua profundidade e complexidade, vai muito além do simples aprender a lidar com números ou calcular juros. Trata-se de uma formação integral, que busca preparar os indivíduos — desde a infância — para que se tornem cidadãos críticos, conscientes e autônomos diante das realidades econômicas e sociais que atravessam suas vidas. Ela é, portanto, um processo educativo que, ao se

ancorar nos fundamentos da matemática e nas ciências humanas, coloca o ser humano no centro da experiência de aprender a viver com responsabilidade financeira e dignidade.

Sob a ótica matemática, a educação financeira oferece ferramentas fundamentais para que o aluno compreenda os mecanismos que regem o funcionamento do dinheiro: juros simples e compostos, inflação, capital, porcentagens e descontos. Esses conceitos, muitas vezes ensinados de forma abstrata, ganham novo sentido quando inseridos no cotidiano do educando. Compreender, por exemplo, como uma taxa de juros afeta um financiamento, ou o que representa uma inflação acumulada em um período, não é apenas um exercício algébrico, mas uma habilidade para tomar decisões que impactam diretamente a vida da família, o futuro e o bem-estar pessoal.

No entanto, reduzir a educação financeira à matemática seria um equívoco. Ela se fundamenta também em pilares humanos e sociais. Inspirada por pensadores como Paulo Freire, essa educação se propõe libertadora. Freire nos ensina que é preciso ler o mundo antes de ler a palavra — e isso também vale para o mundo do consumo, do crédito e das finanças. A educação financeira, portanto, deve levar o aluno a refletir sobre seu lugar na economia, sobre os condicionamentos do mercado, e sobre como o consumo desenfreado pode ser não uma liberdade, mas uma armadilha. Ensinar sobre dinheiro é também ensinar sobre escolhas, sobre prioridades, sobre o valor das coisas e das relações que não se compram.

Autores como Vygotsky e Piaget contribuem ao demonstrar que o aprendizado financeiro precisa respeitar o estágio de desenvolvimento cognitivo e social de cada aluno. Aprender a poupar, por exemplo, não se ensina com fórmulas prontas, mas com experiências concretas, com diálogos, com jogos, com contextos que façam sentido para a vida das crianças e adolescentes. Isso torna o aprendizado mais afetivo, mais significativo, mais duradouro.

Além disso, a psicologia econômica nos alerta para o papel das emoções nas decisões financeiras. Kahneman e Thaler mostram como o ser humano, muitas vezes, age por impulso, motivado por desejos imediatos, por propagandas sedutoras, por padrões de comportamento do grupo social. Nesse sentido, a educação financeira se mostra também

uma educação emocional — ensina a esperar, a planejar, a dizer não quando necessário, a adiar a recompensa em nome de um bem maior. Esse tipo de aprendizado, se cultivado desde cedo, é tão valioso quanto aprender a ler ou escrever.

No ambiente escolar, a BNCC reconhece essa importância ao tratar a educação financeira como tema transversal. Isso significa que ela não pertence apenas à matemática, mas pode e deve ser trabalhada em outras disciplinas: nas ciências humanas, ao estudar sistemas econômicos e relações de trabalho; na língua portuguesa, ao interpretar textos publicitários ou contratos; na arte, ao criar campanhas de consumo consciente. Essa interdisciplinaridade é o que permite que os conhecimentos ganhem vida, ressoem na realidade do aluno, dialoguem com suas angústias e seus sonhos.

Educar financeiramente, portanto, é ensinar a viver com consciência. É dar ao indivíduo as chaves para compreender sua realidade econômica, planejar o futuro, lidar com a frustração, fazer escolhas baseadas em valores e não apenas em desejos momentâneos. É formar uma geração que não seja apenas consumidora, mas protagonista de sua própria história.

Ao integrar a matemática financeira com os saberes humanos, estamos contribuindo para uma verdadeira emancipação. Uma criança que aprende a economizar, a planejar um orçamento familiar, a entender como funcionam os juros de um cartão de crédito, cresce mais preparada para enfrentar um mundo que, muitas vezes, é hostil para os financeiramente desinformados. Mais do que isso: ela cresce livre, com autonomia para sonhar — e, com educação e planejamento, realizar.

Essa é a potência transformadora da educação financeira: não apenas formar bons consumidores, mas cidadãos éticos, sensíveis e preparados para construir um futuro mais justo e equilibrado.

Educação Financeira e suas Finalidades

Selinger (2018) acredita que a educação financeira visa desenvolver as habilidades dos indivíduos para tomar decisões financeiras sensatas, promovendo, assim, sua autonomia financeira.

A educação financeira é uma ferramenta importante para cultivar a autonomia econômica e a responsabilidade pessoal. Pode ser entendida como um processo de aquisição contínua de conhecimentos, habilidades e atitudes que podem auxiliar os indivíduos a tomarem decisões financeiras sensatas, promovendo, assim, o bem-estar individual e coletivo. De acordo com a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), a educação financeira inclui a capacidade de compreender produtos financeiros, gerenciar orçamentos, realizar planejamento financeiro e adotar comportamentos que promovam a segurança e a sustentabilidade econômica ao longo da vida.

Nesse sentido, a educação financeira vai além do simples domínio de operações matemáticas ou de habilidades de controle de gastos. Ela envolve uma perspectiva crítica sobre consumo, crédito, poupança e investimento, o que contribui para o pleno exercício dos direitos civis. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora as questões financeiras como uma habilidade interdisciplinar na educação escolar, com o objetivo de auxiliar os alunos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, pois as decisões econômicas afetam diretamente a qualidade de vida e o futuro da família. Nos campos da educação e da sociedade, os propósitos da educação financeira são diversos. Entre eles, destacam-se os seguintes:

1. Formar cidadãos críticos e autônomos, capazes de tomar decisões financeiras com base em objetivos pessoais, sociais e morais;

2. Prevenir o endividamento e o consumo excessivo, cultivando hábitos de consumo conscientes e responsáveis;

3. Promover o planejamento financeiro, incentivar a organização e a gestão eficaz dos recursos existentes, com foco na estabilidade e no alcance de objetivos de curto, médio e longo prazo;

4. Reduzir a desigualdade social e proporcionar a todos, inclusive aos grupos vulneráveis, ferramentas para compreender e administrar as finanças, alcançando, assim, maior inclusão econômica.

Dessa forma, quando a educação financeira é integrada ao currículo escolar de forma sistemática e contextualizada, torna-se um pilar fundamental da formação integral do indivíduo e contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada, ética e economicamente sustentável.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Financeira

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora a educação financeira em conteúdos interdisciplinares, especialmente em matemática e humanidades. A BNCC recomenda que as escolas iniciem a educação financeira desde a primeira série do Ensino Fundamental.

Aprovada em 2017 para a educação infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, a BNCC estabelece as diretrizes curriculares básicas que norteiam o processo de ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras. A BNCC preconiza uma educação integrada que abranja habilidades cognitivas, socioemocionais e práticas, reconhecendo a importância da educação financeira como tema interdisciplinar estratégico para o fomento da autonomia e da cidadania dos alunos.

Embora a educação financeira não seja um componente curricular isolado, ela se integra a ele de forma interdisciplinar, especialmente nas áreas de matemática e humanidades. A BNCC define dez competências genéricas para a educação básica, dentre as quais se destacam:

- Competência 4: “Utilizar diferentes linguagens – oral, corporal, visual, auditiva e digital – e o conhecimento das linguagens da arte, da matemática e das ciências, para se expressar e compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e gerar significados que contribuam para a compreensão mútua” (Brasil, 2017, p. 9).
- Competência 6: “Valorizar a diversidade de saberes e experiências culturais, bem como conhecimentos e experiências apropriados que possibilitem compreender a relação entre o mundo do trabalho e a vida individual e coletiva, e tomar decisões com responsabilidade e autonomia” (Brasil, 2017, p. 9).

Essas competências revelam o papel que a educação financeira desempenha na formação de indivíduos críticos, autônomos e que compreendam seus direitos e deveres como consumidores e cidadãos. Segundo Fonseca e Silva (2021), “a educação financeira escolar deve ir além das técnicas e ferramentas matemáticas para incluir a formação nas dimensões ética, social e cultural da tomada de decisões financeiras”.

No currículo de matemática, a BNCC aborda explicitamente a educação financeira na unidade temática "Educação Financeira", especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. O documento afirma: "Os alunos devem desenvolver conceitos básicos sobre o uso responsável do dinheiro, planejamento de gastos, comparação de preços, cálculo de juros simples e compostos e outros conteúdos que auxiliem a compreensão de situações cotidianas" (Brasil, 2017, p. 269).

Além disso, a BNCC recomenda a **abordagem contextualizada da matemática**, o que potencializa a construção de projetos interdisciplinares que integrem dimensões sociais, econômicas e culturais ao processo pedagógico. Tal abordagem é defendida por autores como Morin (2001), que destaca a importância do pensamento complexo na educação e da superação das divisões estanques entre os saberes escolares.

A educação financeira, quando compreendida sob uma ótica crítica e emancipadora, torna-se um vetor para o desenvolvimento da **cidadania financeira** — um conceito que envolve a capacidade de gerir recursos com responsabilidade, compreender os impactos sociais do consumo e participar ativamente das decisões econômicas que afetam o coletivo (SANTOS et al., 2020).

Nesse contexto, a BNCC também se harmoniza com as diretrizes globais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que promove a introdução da educação financeira desde os primeiros anos de aprendizado como uma forma de fortalecer a justiça social, a resistência econômica e a independência dos cidadãos em relação ao sistema financeiro global (OCDE, 2020).

Dessa forma, a inclusão da educação financeira nas aulas, seguindo as orientações da BNCC, constitui um progresso importante em direção ao desenvolvimento completo dos alunos brasileiros. Essa inserção, no entanto, exige uma atuação intencional dos

educadores, com formação adequada e com práticas pedagógicas que conectem teoria e realidade.

Educação Financeira e a Formação Cidadã

Autores como SANTOS (2019) defendem que a educação financeira deve ir além dos cálculos matemáticos, sendo entendida como formação crítica para o consumo consciente e a compreensão do sistema econômico.

A educação financeira, quando compreendida de forma ampla e crítica, transcende os aspectos técnicos de controle orçamentário, cálculo de juros ou comparação de preços. Ela se configura como uma prática educativa que contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e responsáveis, preparados para interagir com o mundo do consumo e das finanças de forma ética e consciente. Nesse contexto, a relação entre educação financeira e formação cidadã torna-se central, sobretudo diante das transformações sociais e econômicas vivenciadas no século XXI.

Para Santos (2020), a educação financeira deve ser compreendida como um instrumento de emancipação social, capaz de promover não apenas habilidades matemáticas, mas também atitudes reflexivas diante do modelo de consumo capitalista que influencia a vida cotidiana. Segundo o autor:

“Mais do que ensinar a lidar com o dinheiro, a educação financeira crítica contribui para a formação de sujeitos que compreendem o papel das finanças em suas vidas e podem tomar decisões conscientes e responsáveis no âmbito pessoal, familiar e coletivo.” (SANTOS, 2020, p. 47)

A perspectiva crítica da educação financeira está ancorada em autores como Paulo Freire, para quem a educação deve ser um ato libertador. Nesse sentido, ensinar finanças não pode restringir-se à reprodução de práticas do mercado financeiro, mas deve permitir ao educando compreender o mundo e atuar sobre ele. Ao articular conceitos como consumo, trabalho, renda, crédito e cidadania, a educação financeira contribui diretamente para a formação de uma consciência social.

Silva e Costa (2019) defendem que a educação financeira deve estar conectada à vida dos alunos, considerando suas vivências e incentivando debates sobre a desigualdade, o acesso a oportunidades, a justiça social e a sustentabilidade. Essa abordagem evita que a educação financeira seja superficial ou carregada de juízos, culpando o indivíduo pela falta de dinheiro ou pelas dívidas, já que, em muitos casos, esses problemas são consequência de sistemas econômicos desiguais.

Além disso, a educação para a cidadania financeira significa desenvolver a consciência de que cada um e todos somos responsáveis pelas finanças. Entender o valor do trabalho, dar importância à economia, estar ciente dos riscos do consumo exagerado e perceber como as decisões financeiras impactam a sociedade são saberes fundamentais para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, a educação financeira, quando abordada de forma crítica e contextualizada, fortalece a cidadania ativa e consciente, oferecendo aos sujeitos não apenas ferramentas para gerir seu dinheiro, mas também para compreender as relações econômicas que permeiam a sociedade e agir de maneira transformadora sobre elas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizar os ajustes e combinações de palavras-chave no campo de pesquisa da referida plataforma, bem como todo o processo de filtragem de obras e seus respectivos critérios de inclusão e exclusão, especificados na metodologia da pesquisa, foram obtidos 05 (cinco) artigos que por sua vez compuseram a amostra a ser analisada. Todas essas obras abordam acerca das possibilidades que a Educação Financeira pode trazer para a melhoria no planejamento do orçamento familiar e na vida social de educandos.

Autores	Ano	Título	Objetivo	Palavras-chave
Fernandes; Silva	2020	Entre o ser e o não ser educado	Analisar o discurso sobre educação financeira no	Educação financeira, discurso,

		financeiramente	espaço escolar e sua relação com o neoliberalismo	neoliberalismo
Nascimento; Stadler; Bechara	2022	Importância da educação financeira na educação básica	Destacar a importância do ensino de finanças desde os primeiros anos escolares	Educação financeira, ensino básico, autonomia
Viegas; Cavalcante	2022	Quais as noções de alunos da rede pública sobre finanças	Investigar os conhecimentos prévios de alunos do ensino fundamental sobre finanças	Educação financeira, escola pública, práticas cotidianas
Augusto	2023	A importância da educação financeira nas instituições	Defender a inclusão sistemática da educação financeira como função social da escola	Educação financeira, cidadania, currículo escolar
Dantas	2023	Matemática financeira no contexto da	Revisar estudos sobre matemática financeira no	Matemática financeira, educação

		educação básica	ensino básico	básica, currículo
--	--	-----------------	---------------	-------------------

Buscando alinhar-se ao objetivo da presente obra, analisou-se todos os dados que a amostra continha sobre a Educação financeira e sua influência na vida econômica e renda familiar. Tal vertente por sua vez, relaciona-se ao processo de ensino e aprendizagem na qual a Matemática Financeira aborda contextos referentes ao cotidiano dos discentes, bem como sua influência na formação de cidadãos críticos e conscientes economicamente.

Fernandes e Silva (2020), por exemplo, denunciam como o discurso sobre educação financeira nas escolas frequentemente está atrelado a uma lógica neoliberal que enfatiza a responsabilidade individual pelo sucesso econômico. Essa abordagem tecnicista tende a moldar o estudante como um consumidor eficiente, e não como um cidadão crítico. A crítica dos autores é essencial para compreendermos que o ensino financeiro, quando limitado a estratégias de consumo consciente e controle orçamentário, pode reproduzir desigualdades ao ignorar os fatores estruturais da pobreza e da exclusão.

Por outro lado, autores como Nascimento, Stadler e Bechara (2022) defendem a importância de uma abordagem formativa, que trate a educação financeira como um direito e um saber essencial para a vida prática. Eles argumentam que o ensino desses conteúdos desde os primeiros anos da educação básica proporciona aos estudantes ferramentas para lidar com o dinheiro de forma consciente, prevenindo o endividamento e promovendo a autonomia pessoal e familiar. A escola, neste cenário, assume papel fundamental como promotora da cidadania econômica.

A pesquisa de Viegas e Cavalcante (2022) confirma que, mesmo sem formação formal, muitos estudantes já desenvolvem práticas financeiras básicas em seus contextos familiares. Isso revela que a escola precisa reconhecer e potencializar esses saberes prévios, integrando-os ao currículo de forma contextualizada. Assim, o ensino da educação financeira ganha relevância ao dialogar com a realidade vivida pelos alunos e se torna ainda mais eficaz na formação de cidadãos críticos e ativos.

Augusto (2023) amplia essa discussão ao considerar que a baixa cultura financeira da população brasileira é reflexo da ausência desse tema na escola. Ele sustenta que o ensino sistemático de finanças deve ser parte de um projeto pedagógico que vise à formação integral do sujeito, preparando-o para lidar com desafios econômicos, compreender políticas públicas e atuar com responsabilidade em sociedade. A educação financeira, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta econômica, mas uma prática de cidadania.

Complementando essa visão, Dantas (2023) destaca a importância de se trabalhar a matemática financeira no contexto escolar, ressaltando que quando o conteúdo é apresentado de forma concreta e conectada à vivência dos alunos, ele promove aprendizagens significativas e favorece a tomada de decisões financeiras mais conscientes. Essa perspectiva fortalece o argumento de que a educação financeira deve ser transversal, integrando diferentes disciplinas, especialmente a matemática, de maneira prática e acessível.

Em síntese, os autores analisados convergem na ideia de que a educação financeira, quando tratada de forma crítica, contextualizada e interdisciplinar, é uma ferramenta valiosa para o empoderamento dos estudantes. Ela promove a reflexão sobre consumo, renda, poupança, trabalho e cidadania, estimulando a construção de indivíduos mais conscientes, solidários e preparados para enfrentar os desafios econômicos do cotidiano. Sua presença no currículo escolar básico é, portanto, um investimento na formação de uma sociedade mais justa, equitativa e economicamente sustentável.

A análise dos materiais aponta que a inserção da educação financeira na escola básica contribui para:

- O desenvolvimento de hábitos saudáveis de consumo.
- A compreensão do valor do trabalho e da economia doméstica.
- A prevenção do endividamento precoce.
- A construção de projetos de vida mais conscientes.

Também foram identificadas dificuldades como: falta de formação dos professores e escassez de materiais didáticos adequados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos da educação básica. Deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, envolvendo família, escola e comunidade. Propõe-se investimento em formação docente e produção de materiais contextualizados como caminhos para efetivar essa proposta nas escolas públicas e privadas.

A educação financeira, inserida de forma crítica e contextualizada no ambiente escolar, revela-se como um poderoso instrumento de transformação social e formação cidadã. Os estudos analisados evidenciam que, mais do que ensinar a poupar ou controlar gastos, a educação financeira tem o potencial de formar sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e capazes de tomar decisões autônomas e responsáveis em relação ao dinheiro.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

AUGUSTO, Gabriel. *A importância da educação financeira nas instituições de ensino brasileiras*. Universidade Evangélica de Goiás, 2023. Disponível em: <https://www.rincon061.org/bitstream/ae/21476>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Educação financeira nas escolas: material didático do programa Aprender Valor*. Brasília: Banco Central, 2021.

DANTAS, Francisco José Vieira. *Matemática financeira no contexto da educação básica: uma revisão bibliográfica*. João Pessoa: Instituto Federal da Paraíba – IFPB, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/3079>. Acesso em: 21 jan. 2025.

DOMINGOS, Reinaldo. *O menino do dinheiro*. São Paulo: DSOP, 2010.

FERNANDES, Luzia de Fátima Barbosa; SILVA, Pedro Henrique da. Entre o ser e o não ser educado financeiramente: o discurso sobre educação financeira no espaço escolar. *Revista Educação e Desenvolvimento Social*, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/14011/12799>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FONSECA, Maria da Luz; SILVA, João Marcos da. Educação financeira crítica e cidadania: reflexões para a prática docente. *Revista Educação em Foco*, v. 26, n. 1, p. 45–60, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONÇALVES, Carlos Eduardo; SILVA, João Batista. *Educação financeira: fundamentos e práticas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2020.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LAURETTI, Lélío. *Educação financeira para crianças e adolescentes: como ensinar valores e finanças para os seus filhos*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, Elizeu Coutinho; CLEMENTE, Adilson Luiz. Matemática financeira com HP 12C e Excel. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Carolina Penazzo do; STADLER, Bernadete de Lourdes da Silva Ferreira; BECHARA, Matheus Toledo. Importância da educação financeira na educação básica. *Revista Terra & Cultura*, Londrina, 2022. Disponível em: <https://fliphtml5.com/pvlvx/bwpn>. Acesso em: 23 jan. 2025.

OECD. *Recommendation on Financial Literacy*. OECD Council, Paris, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 3 maio 2025.

OLIVEIRA, Denise Alves. *Educação financeira na educação básica*. Curitiba: Appris, 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. Paris: OECD Publishing, 2005.

PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

SAMPAIO, Wagner; COSTA, Lúcia Helena. *Matemática financeira na educação básica: conceitos e aplicações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. *Educação crítica e desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, Mariana. *Educação financeira e cidadania: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, Paulo Ricardo. *Educação financeira crítica: caminhos para a formação cidadã*. São Paulo: Autêntica, 2020.

SELINGER, M. *Educação financeira nas escolas: práticas e desafios*. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

SILVA, Adriana; COSTA, Marlene. Educação financeira e justiça social: reflexões para a prática docente. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, n. 147, p. 1–15, 2019.

SILVA, José Carlos. Formação crítica e educação financeira: uma proposta interdisciplinar. *Revista Educação & Sociedade*, v. 40, n. 2, 2020.

SILVA, Mara Behlau da. *Educação financeira na escola: por quê? para quê? como?* São Paulo: Contexto, 2014.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: o empurrão para a escolha certa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

VIEGAS, Eliane de Campos; CAVALCANTE, Isabelle Carlos Campos Rezende. *Educação financeira: quais as noções de alunos da rede pública municipal de Itapororoca-PB?* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27862/1/ElianedeCamposViegas__TCC.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.